

*for
Anjo
de
Jesus
Cristo
Autorizado*



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

Santa Casa da Misericórdia de Montalegre



Handwritten signature and text:
 Camp. Aguiar
 e.c.
 Ruben

Conteúdo

1. INSTITUIÇÃO.....	2
CARTÃO EMPRESA	3
IPSS – UTILIDADE PÚBLICA	4
ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO - 2026	6
QUADRO DE PESSOAL - 2026	7
ÓRGÃO SOCIAIS – 2024/2027	8
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	9
RECURSOS HUMANOS	10
ERPI	11
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	11
CRECHE.....	12
UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados.....	12
Igreja da Misericórdia.....	12
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2025.....	13
3. CONTAS 2025	14
4. MAPAS CONTABILISTICOS	15
CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO 2025	15
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	47
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	48
CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS.....	50
APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2025	51



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Handwritten signature and date: 20/12/2024

1. INSTITUIÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre foi constituída entre 1693 e 1715. Funcionou ao longo dos anos na Igreja da Misericórdia, que dispunha adicionalmente de três divisões onde se realizavam as sessões.

No séc. XIX teve forte ação e, em 1918, perante os malefícios da guerra, voltou a desenvolver importante trabalho assistencial. Em 1982 é como que “refundada” pelo Padre José Alves e é a partir daí que nascem as valências do Lar, Creche e Serviço de Apoio Domiciliário e mais recentemente a Unidade de Cuidados Continuados.

A Misericórdia é uma IPSS e hoje, fruto dos acordos com o Instituto de Segurança Social, presta apoio a mais de 200 pessoas e tem mais de 100 trabalhadores.

São objetivos da Instituição desenvolver atividades de intervenção social, designadamente os estipulados no Artigo 3º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, e como atividade secundária deve salvaguardar a defesa do património cultural e promover ou apoiar iniciativas que contribuam para o reforço dos direitos sociais e de promoção da coesão social e territorial.

Handwritten signatures and notes:
1. *Temp*
2. *Off*
3. *Rafael Barroso*

CARTÃO EMPRESA



Handwritten signatures:
 Rui
 Rui
 Rui

IPSS – UTILIDADE PÚBLICA



MINISTÉRIO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL

DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/09/2015 pela autoridade eclesial competente e o registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 1/96, a fls. 95 e 121 do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado em 14/01/2016, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE

NIF – 501 745 963

Sede – Rua General Humberto Delgado, n.º 473 – Montalegre – Vila Real

Fins - Conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo; apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, semi-abrigo e a vítimas de violência doméstica; apoio à família e comunidade em geral; apoio à integração social e comunitária; promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa; promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres; habitação e turismo social. Secundariamente: Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não; empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que

DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Av. do Rio Tejo, 1225-144 LISBOA - Tel: 218 952 900 - Voz: 22180 - Fax: 218 952 992 - 228523303 (Linha de Apoio)

1120 - 000000000 SOCIAL 01 4px DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

www.dgs.gov.pt

Handwritten signatures and notes in the top right corner.



contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição; atividade agrícola.

Direção-Geral da Segurança Social, em

10 MAR 2016

Pelo Diretor-Geral

Handwritten signature of P. Santos
P. Santos
(Chefe de Divisão)

194

DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Av. de São João, 161 - 1050-014 Lisboa, Portugal. Tel: 217 91 50 00. Fax: 217 91 50 01

Site: www.dgs.gov.pt | Email: geral@dgss.gov.pt

QUADRO DE PESSOAL - 2026

Perfil Profissional	Profissionais			*Afetação dos Profissionais à Resposta Social			
	Quadro	Previstos	*Ocupados	ERPI	SAD	UCC	CRECHE
Diretor coordenador da MISERICÓRDIA	0	1	1	0,47	0,05	0,23	0,25
Secretário-Geral (apoio à Provedoria e gestão)	0	1	1	0,47	0,05	0,23	0,25
Assistente Administrativo	0	2	2	0,47	0,04	0,23	0,26
Diretor Técnico ERPI/SAD (Técnico Superior Serviço Social)	1	1	1	0,95	0,05	0	0
Educador Social/ Animadora Sociocultural	2,34	2,34	2,34	1	0	1,34	0
Encarregado de serviços gerais	1	1	1	0,91	0,09	0	0
Encarregado de setor (serviços gerais)	0	2	2	1	0	1	0
Ajudante de lar e Centro de dia	16	27	27	25	0	1	1
Ajudante de cozinha	6	6	6	3,78	0,33	1,89	0
Cozinheiro	2	4	3	0,23	0,11	0,66	1
Operador Lavandaria	0	1	1	0,95	0,05	0	0
Trabalhadores serviços gerais	4	10	27	10	0	16	1
Ajudante familiar/ domiciliário	1	1	1	0	1	0	0
Diretor Técnico UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0
Enfermeiro Coordenador UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0
Enfermeiro (inclui Enf. de Reabilitação)	11	16	18	2	0	16	0
Médico (inclui fisiatra)	0,85	3	0,85	0	0	0,85	0
Psicólogo	0,77	1	0,77	0	0	0,77	0
Fisioterapeuta	1,34	2	1,34	0	0	1,34	0
Técnico Superior Serviço Social	1,49	2,50	2,50	0,95	0,05	1,50	0
Terapeuta da Fala	0,09	0,09	0,09	0	0	0,09	0
Nutricionista	0,17	0	0,17	0	0	0,17	0
Terapeuta Ocupacional	0,94	1	1	0	0	1	0
Farmacêutico	0,30	0,30	0,30	0	0	0,30	0
Auxiliar ação médica	12	12	1	0	0	1	0
Auxiliar técnico de manutenção	0	1	0	0	0	0	0
Educador de infância (inclui Diretor Técnico - CRECHE)	2	2	2	0	0	0	2
Ajudante de ação educativa	4	4	4	0	0	0	4
Total			108,36	48,18	1,82	46,60	9,76

* Inclui prestação de serviços

*Fun
Cely
J. Pin
e
Raul Barros*

ÓRGÃO SOCIAIS – 2024/2027

Assembleia Geral		
Nome	Cargo	N.º Irmão
José Gonçalves Justo	Presidente	95
Paulo Jorge Baia Barros	Vice-Presidente	187
Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes	Secretária	347

Mesa Administrativa		
Nome	Cargo	N.º Irmão
Fernando José Gomes Rodrigues	Provedor	151
Maria Manuela Flambo Pedreira	Vice-Provedora	441
Alberto Armindo do Braz Moura	Secretário	440
António Dias Henriques	Tesoureiro	379
Paulo Jorge Dias Barroso	Vogal	442
José Avelino Vaz Souto	Vogal Suplente	301
João Jorge Lopes e Silva	Vogal Suplente	287

Conselho Fiscal		
Nome	Cargo	N.º Irmão
João Batista Branco Alves	Presidente	152
Paulo Jorge Miranda da Cruz	Vice-Presidente	426
Alberto Carvalho Martins	Secretário	132
António Maria Batista dos Santos	Suplente	47
João Paulo Branco Gonçalves Barroso	Suplente	415
António Morais da Costa	Suplente	425



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Fernando Rodrigues
Paulo Barros

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Exmos. Irmãos,

Como determina a lei, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência com todos os documentos anexos elaborados pela empresa de contabilidade e pelo Revisor Oficial de Contas.

Apresentamos desde já os documentos essenciais da Instituição, o Organograma, o novo Mapa de Pessoal geral e a listagem dos Órgãos Sociais.

Numa prática de continuidade, o Plano de 2025 reforçava os objetivos anteriores da necessidade e urgência de remodelação de instalações e de consolidação tendo em conta a satisfação de uma boa e rigorosa funcionalidade em termos de recursos humanos, serviços, ações e enquadramento financeiro. E mantinha-se a aposta na formação na qualidade dos serviços e na sua melhor prestação dos cuidados aos utentes.

O Plano referia uma serie de iniciativas recorrentes e outras novas, sendo condicionado à realidade que durante o ano se verificasse.

Cumpriu-se globalmente o planeamento das ações e levamos a cabo algumas obras de manutenção e conservação, e um grande investimento na remodelação total interior do Lar S. José e iniciamos ainda a renovação do edifício da creche e preparamos o arranque para 2026 da beneficiação exterior e requalificação energética da Lar.

A nossa principal ação estava, pois, focada na larga beneficiação das instalações, com muitos anos e degradadas, e foi com grande esforço que avançamos com tão elevado volume de obras.

Apesar do investimento e das dificuldades, as contas apresentam saldo positivo.

Montalegre, março de 2026

O Provedor

Fernando Rodrigues

RECURSOS HUMANOS

A Misericórdia é hoje responsável por mais de 100 postos de trabalho, com uma grande variedade de categorias e qualificações.

Para além de toda a complexidade na legislação laboral, a nossa ação obriga ainda a trabalho em três turnos, manhã, tarde e noite, incluindo fins-de-semana e feriados, o que torna muito difícil o enquadramento desta exigência e das normas legais, para além de dificuldades de conciliar interesses legítimos da vida pessoal e familiar e o trabalho.

Sabemos que é assim, mas fazemos tudo para encontrar sempre as melhores soluções para além do respeito pelos direitos e normas estabelecidas por lei.

Relativamente aos salários este ano foi de recuperação da estabilidade. Tivemos aumentos em janeiro, em agosto e depois, para a maioria, em dezembro com retroativos a janeiro.

Há que dizer que o valor líquido que o trabalhador auferir de salários é efetivamente pouco, mas o valor bruto, que a Misericórdia assume, representa perto do dobro dessa importância. Veja-se que só em despesas de pessoal contabilizou-se o valor de 2.009.447,37 €.

A Misericórdia tem vindo a praticar ainda regalias laborais para além da lei:

- A refeição (almoço ou jantar) é na Instituição e esse período conta como tempo no horário de trabalho (30 minutos);
- Para o pequeno-almoço, que a Misericórdia assume, há 15 minutos que também contam como horário de trabalho. E o mesmo acontece com o lanche.
- O trabalhador tem direito a uma hora de descanso no período de trabalho diário, mas por conta do trabalhador. Nós acordamos, como a lei admite, apenas meia hora, mas por conta da entidade patronal.
- Os feriados são pagos com acréscimo de 100% sendo que a lei exige apenas 50%.
- A tarde de 24 de dezembro é paga com acréscimo de 100% apesar de se tratar de horário normal.
- O dia da festa do Senhor da Piedade é pago com acréscimo de 100% apesar de se tratar horário normal.



ERPI

Como nos anos anteriores, melhoramos o serviço e as instalações, com um grande investimento.

As atividades de animação representam um leque de iniciativas regulares importantes na ocupação e socialização dos utentes.

Nesta valência temos 2 encarregadas, 15 ajudantes de lar ou ação direta, 15 trabalhadores de serviços gerais e 2 enfermeiras, cumprindo por excesso o número exigido de trabalhadores.

Equipamentos

- Aquisição máquina de lavar loiça
- Aquisição de mopas
- Aquisição e armário para medicação
- Aquisição de fardamento pessoal

Obras/outros

Gastamos cerca de 10.000,00 € em pequenas obras e outros investimentos

- Aquisição de viatura elétrica transformada mobilidade reduzida– PRR
- Terminada empreitada requalificação interior do Lar (zona antiga) mobiliário e equipamento
- Empreitada Requalificação energética Lar S. José (PRR) em fase de arranque das obras
- Quadros e telas de decoração

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário continua a diminuir e poderá extinguir-se por falta de procura. As exigências da Segurança Social crescem e criam problemas a esta resposta social apesar de ser de pequena dimensão na estrutura da Misericórdia.

Apesar das dificuldades continuamos a prestar o serviço da melhor forma e temos vindo a enquadrar as exigências.

Temos uma viatura afeta a este serviço, uma funcionária e uma que cobre as folgas, fins-de-semana, mais serviço de cozinha, para além da lavandaria, pois o SAD compreende alimentação, tratamento de roupa e limpeza de casa, podendo acrescentar outros serviços à parte.

Equipamentos

- Aquisição de Viatura elétrica transformada SAD– PRR

CRECHE

A Creche continua a apresentar dificuldades, apesar do crescimento em anos anteriores. A gratuitidade trouxe também mais crianças à creche. Depois de um crescimento, respondemos às famílias e acolhemos mais de 45 crianças.

Fizemos investimento na aquisição de material didático.

Obras e Equipamentos

- Iniciamos a empreitada de requalificação do edifício – NORTE 2030

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A exploração da UCC é problemática. Uma unidade igual a esta em Braga ou no Porto gasta menos 40.000,00 € de aquecimento por ano, e recebe o mesmo valor de financiamento. E estes últimos anos houve ainda o aumento do custo do gás para aquecimento. Foi o aumento do financiamento do Governo que veio trazer um novo alento.

Concluimos as obras de reparação da tubagem e as obras de revestimento exteriores, ambas suportadas pela garantia do empreiteiro.

Obras e Equipamentos

- Revestimento exterior – conclusão
- Máquina de lavar roupa
- Máquina de secar roupa
- Artigos informáticos
- Fardamento pessoal

Igreja da Misericórdia

A igreja continua aberta com a colaboração do Ecomuseu e vamos proceder ao registo da propriedade para legalização patrimonial e para uma possível candidatura de requalificação.

Estamos a ultimar o processo de registo em nome da Misericórdia.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2025

MESA ADMINISTRATIVA

O presente **Relatório de Atividades de 2025** foi apresentado, discutido e APROVADO por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 17 de março de 2026.

Montalegre, 17 março de 2026

O Provedor



Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora



Maria Manuela Flamba Pedreira

O Secretário



Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro



António Dias Henriques

O Vogal

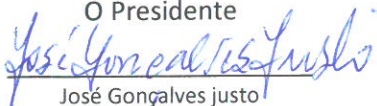


Paulo Jorge Dias Barroso

ASSEMBLEIA GERAL

O presente **Relatório de Atividades de 2025** foi apresentado, discutido e APROVADO em reunião da Assembleia Geral de 27 de março de 2026

O Presidente



José Gonçalves Justo

A Vice-presidente



~~Paulo Jorge Dias Barroso~~

A Secretária



~~Maria Luísa Rodrigues~~



3. CONTAS 2025

A seguir anexamos a Conta de Gerência, Relatório de Gestão, documentos contabilísticos relativamente à análise de gastos e rendimentos, balanço e demonstração de resultados e anexamos também a Proposta de Aplicação de Resultados com o Parecer do Conselho Fiscal.

Apesar de se terem normalizado os custos com o aumento de muitos consumíveis, temos ainda custos elevados com o aquecimento a gás.

As despesas de pessoal aumentaram 85.749,12 €.

Apesar de tudo, apresentamos um saldo significativo.

As obras da UCC foram executadas com o valor das garantias prestadas pelo empreiteiro e, por cautela, intentamos uma ação nesse valor, de 280.000,00 €, limitando qualquer iniciativa que o empreiteiro pretendesse para dilatar o tempo, mas a ação ainda não foi julgada.

Em 18 de dezembro recebemos uma notificação da Segurança Social onde solicitam reembolso de 222.362,44 € de SAD, referente aos anos de 2013 a 2018. Essa notificação foi contestada porque não tem fundamento legal e porque a maioria dos casos já prescreveu.

Para uma breve compreensão seguem as contas resumidamente.

- Receita: 3.689.732,84 €
- Despesa: 3.650.990,29 €
- Despesas de gás e eletricidade: 263.000,00 €
- Gastos com pessoal: 2.009.447,37 €
- Resultado líquido: 38.742,55 € (encontrando-se reservado o valor de 222.362,44 € para garantir eventual necessidade de cobertura do pedido da Segurança Social)
- Depreciações e amortizações: 214.000,93 €
- Passivo (empréstimo UCC): 834.431,70 €
- Saldo bancário: 559.190,99 € (inclui 100.000,00 € de empréstimo contraído que não foi utilizado e que vai ser abatido)

Handwritten signature and text:
Fuz
Cruz
9/2011
Rafael Barroso

4. MAPAS CONTABILISTICOS

CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

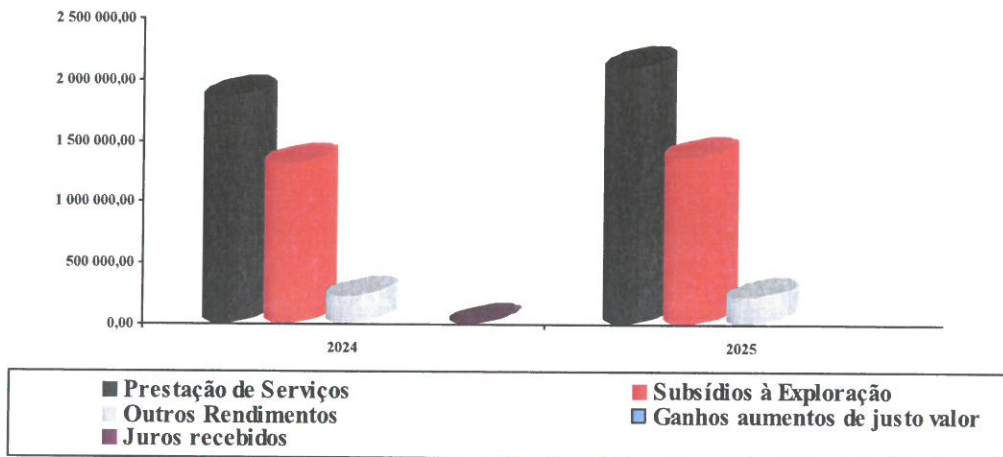




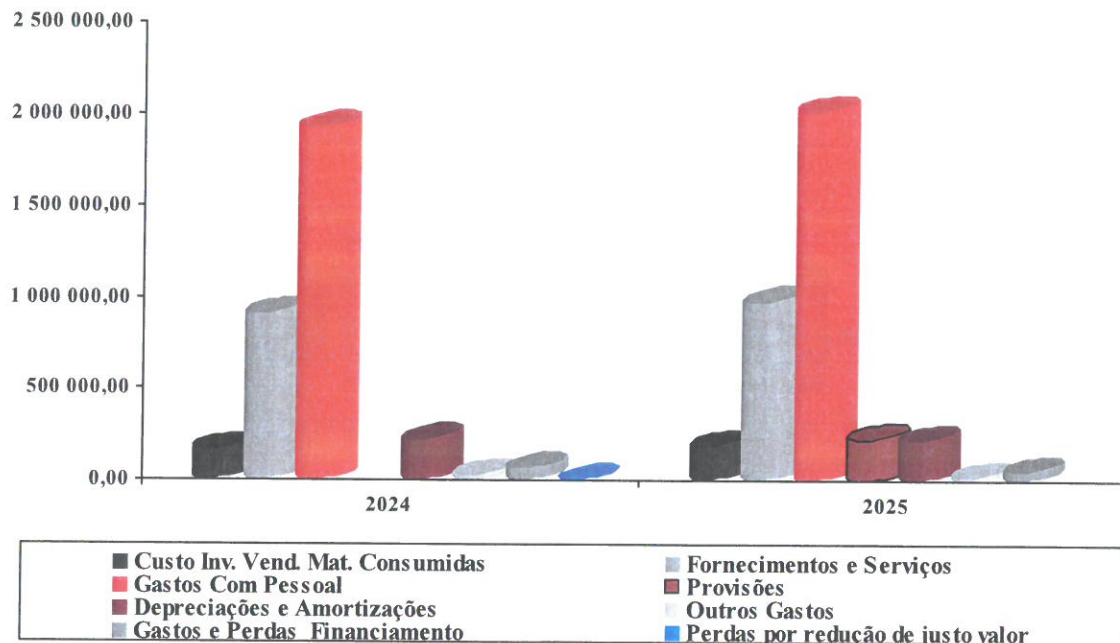
Handwritten signature and notes:
L.
F. ...
C. ...
R. ...

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



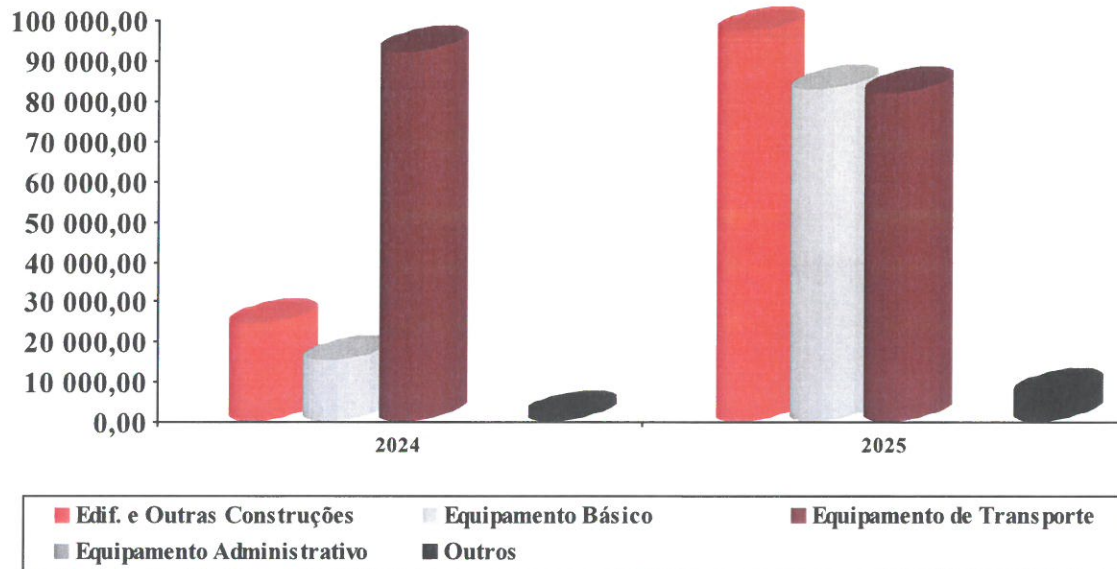
GASTOS



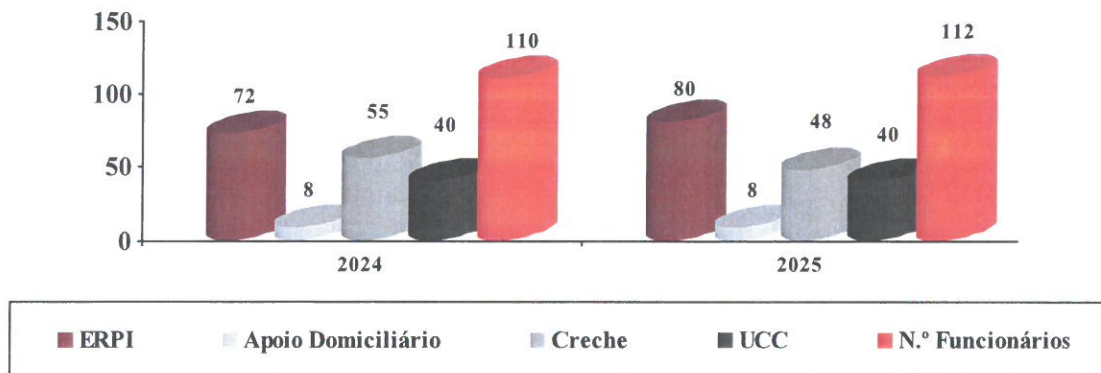


Handwritten mark

INVESTIMENTOS



CLIENTES E TRABALHADORES





Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	2 099 085,70	1 851 216,78
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1 371 451,95	1 312 360,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-180 444,83	-161 607,82
Fornecimentos e serviços externos	15.6	-966 769,91	-902 740,58
Gastos com o pessoal	13	-2 009 447,37	-1 923 698,25
Provisões (aumentos/reduções)	10	-222 362,44	
Aumentos/reduções de justo valor			-37,22
Outros rendimentos	11; 15.9	219 195,19	226 746,55
Outros gastos	15.7	-14 063,80	-25 952,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		296 644,49	376 287,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-214 000,93	-215 735,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		82 643,56	160 552,40
Juros e rendimentos similares obtidos	9; 15.9		1 500,00
Juros e gastos similares suportados	15.8	-43 901,01	-62 396,53
Resultado antes de impostos		38 742,55	99 655,87
Resultado líquido do período		38 742,55	99 655,87

A Entidade

*Fernando
Amorim
Paulo Barroso*

O Contabilista Certificado

Luís Leite

Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Balço Individual em 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 617 635,06	5 401 699,44
Ativos intangíveis	6		1 255,05
Investimentos financeiros	7.1	1 032,53	21 442,08
		5 618 667,59	5 424 396,57
Ativo corrente			
Inventários	8	34 206,30	36 005,96
Créditos a receber	15.1	159 954,41	175 119,80
Estado e outros entes públicos	15.2	12 565,99	30 269,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	15.1	1 027,00	1 056,00
Diferimentos	15.5	23 773,54	23 204,77
Outros ativos correntes	15.1; 15.3; 15.4	133 981,49	69 762,10
Caixa e depósitos bancários	4	559 190,99	375 689,33
		924 699,72	711 107,59
Total do ativo		6 543 367,31	6 135 504,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.2	240 804,23	240 804,23
Resultados transitados	12.2	1 497 816,56	1 398 160,69
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	12.2	2 812 841,39	2 546 987,37
		4 551 462,18	4 185 952,29
Resultado líquido do período	12.2	38 742,55	99 655,87
Total dos Fundos Patrimoniais		4 590 204,73	4 285 608,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	222 362,44	
Financiamentos obtidos	12.1	711 531,02	862 905,51
		933 893,46	862 905,51
Passivo corrente			
Fornecedores	15.1	63 585,81	39 628,72
Estado e outros entes públicos	15.2	51 057,91	67 600,92
Financiamentos obtidos	12.1	257 643,03	151 554,77
Outros passivos correntes	15.1; 15.3; 15.4	646 982,37	728 206,08
		1 019 269,12	986 990,49
Total do passivo		1 953 162,58	1 849 896,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 543 367,31	6 135 504,16

A Entidade,

O Contabilista Certificado

Luis Leite

CC n.º 39242

Rua General Humberto Delgado, 473 - 5470-247 Montalegre - 276 512 266 - NIF: 501 745 963

www.misericordiamontalegre.pt geral@misericordiamontalegre.pt
www.facebook.com/misericordiamontalegre



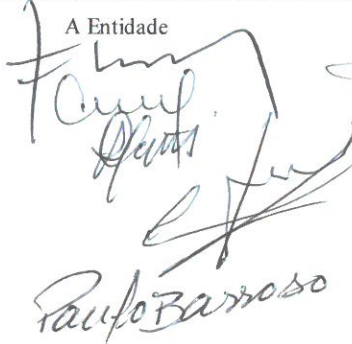
Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

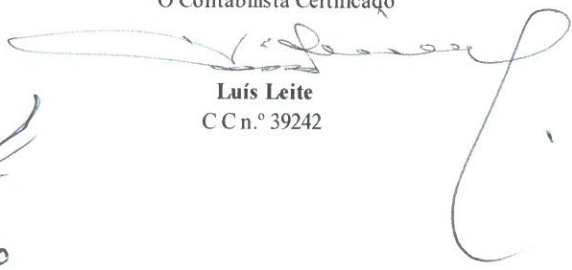
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		1 876 066,88	959 159,82
Recebimentos de subvenções		1 310 906,43	1 994 064,40
Pagamentos a fornecedores		-1 163 154,25	-1 144 162,12
Pagamentos ao pessoal		-1 657 533,14	-1 763 042,50
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		366 285,92	46 019,60
Outros Recebimentos/Pagamentos		-167 114,67	201 103,53
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		199 171,25	247 123,13
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-542 599,64	-491 015,52
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		20 409,55	0,00
Subsídios de investimento		320 477,59	180 011,82
Juros e rendimentos similares		0,00	1 500,00
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-201 712,50	-309 503,70
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		100 000,00	0,00
Subsídios e doações		274 667,08	242 151,33
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-145 286,23	-145 397,70
Juros e gastos similares		-43 337,94	-61 796,52
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		186 042,91	34 957,11
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		183 501,66	-27 423,46
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	375 689,33	403 112,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	559 190,99	375 689,33

A Entidade


Paulo Barroso

O Contabilista Certificado


Luís Leite
C C n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos fundos patrimoniais no período 2024

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores						Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	12.2	240 804,23	1 296 497,30	2 430 424,74	101 663,39	4 069 389,66	4 069 389,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		12.2		101 663,39	116 562,63	-101 663,39	116 562,63	116 562,63
	2			101 663,39	116 562,63	-101 663,39	116 562,63	116 562,63
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	12.2				99 655,87	99 655,87	99 655,87
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-2 007,52	216 218,50	216 218,50
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5	12.2	240 804,23	1 398 160,70	2 546 987,37	99 655,87	4 285 608,16	4 285 608,16

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2025

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores						Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	1	12.2	240 804,23	1 398 160,69	2 546 987,37	99 655,87	4 285 608,16	4 285 608,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		12.2		99 655,87	265 854,02	-99 655,87	265 854,02	265 854,02
	2			99 655,87	265 854,02	-99 655,87	265 854,02	265 854,02
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	12.2				38 742,55	38 742,55	38 742,55
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-60 913,32	304 596,57	304 596,57
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6=1+2+3+5	12.2	240 804,23	1 497 816,56	2 812 841,39	38 742,55	4 590 204,73	4 590 204,73

A Entidade

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Rui Barroso

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Luis Leite
CC n.º 39242



Handwritten signatures and initials:
F. L.
F. L.
F. L.
F. L.
F. L.
F. L.

ANEXO
(Período 2025)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre

NIPC 501 745 963

1.2 – Sede

Rua General Humberto Delgado, n.º 473

5470-247 Montalegre

1.3 – Natureza da atividade

A Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (ERPI).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração, bem como a Resposta Social de Apoio Domiciliário e Creche.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:



- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

Handwritten signature: Paulo Barros

Sempre que o SNC-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.



Durante o ano de 2025, não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Handwritten signature and initials in the right margin.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e tomando por base o custo histórico.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

A direção da Entidade entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCRFs as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Handwritten signatures and initials, including the name 'Rafael Barroso'.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade.



em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 3 anos para os projetos de desenvolvimento.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que as prestações de serviços são reconhecidas.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

Paulo Barros



3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de utentes/clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

Handwritten signature and initials:
L.
F. J. M.
R. B. B.
R. B. B.
R. B. B.



Handwritten signature and initials, possibly 'Rafael Barros'.

3.1.2.8 – Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.1.2.9 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento, exceto o valor das participações mensais pagas pelo Instituto da



Handwritten signature and name: Paulo Barroso

Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizados no rédito.

3.1.2.11 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.12 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro



Paulo Barroso

A Mesa Administrativa não antevê cenários que possam por em causa a continuidade da atividade da instituição. Os pressupostos relativos ao futuro assentam numa base de consolidação das respostas sociais envidando todos os esforços no sentido de melhorar as condições de funcionamento.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2025 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	533,14	406,51
Depósitos à ordem	524 466,30	375 282,82
Depósitos a prazo	34 191,55	
Total	559 190,99	375 689,33

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Handwritten signatures and initials, including 'Paulo Barros'.

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Terrenos e rec. naturais	59 031,74			59 031,74			59 031,74
Edifícios e outras construções	7 289 234,57	24 211,56		7 313 446,13	32 942,19	630 947,31	7 977 335,63
Equipamento básico	801 050,51	15 157,46		816 207,97	16 334,99	66 458,27	899 001,23
Equipamento de transporte	174 050,17	92 249,99	-36 100,00	230 200,16	82 136,30		312 336,46
Equipamento administrativo	131 408,17			131 408,17			131 408,17
Outros ativos fixos tangíveis	216 480,78	1 382,60		217 863,38	6 806,10		224 669,48
AFT em curso	2 731,75	600 550,80	-19 655,26	583 627,29	290 461,92	-697 405,58	176 683,63
Sub-total	8 673 987,69	733 552,41	-55 755,26	9 351 784,84	428 681,50		9 780 466,34
Depreciações e perdas por imparidade	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções	2 605 388,57	140 558,27		2 745 946,84	144 171,90		2 890 118,74
Equipamento básico	710 479,47	43 543,90		754 023,37	20 104,94		774 128,31
Equipamento de transporte	173 079,34	10 069,78	-36 100,00	147 049,12	31 800,01		178 849,13
Equipamento administrativo	109 291,61	7 704,74		116 996,35	6 484,18		123 480,53
Outros ativos fixos tangíveis	174 719,99	11 349,73		186 069,72	10 184,85		196 254,57
Sub-total	3 772 958,98	213 226,42	-36 100,00	3 950 085,40	212 745,88		4 162 831,28
Quantias líquidas escrituradas	4 901 028,71	520 325,99	-19 655,26	5 401 699,44	215 935,62		5 617 635,06

6 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	31/12/2023	Adições	Alienações /abates	31/12/2024	Adições	Alienações /abates	31/12/2025
Projetos de desenvolvimento	195 326,52			195 326,52			195 326,52
Programas de computador	5 982,13			5 982,13			5 982,13
Sub-total	201 308,65			201 308,65			201 308,65
Amortizações e perdas por imparidade	31/12/2023	Adições	Alienações /abates	31/12/2024	Adições	Alienações /abates	31/12/2025
Projetos de desenvolvimento	191 562,87	2 508,60		194 071,47	1 255,05		195 326,52
Programas de computador	5 982,13			5 982,13			5 982,13
Sub-total	197 545,00	2 508,60		200 053,60	1 255,05		201 308,65
Quantias líquidas escrituradas	3 763,65	-2 508,60		1 255,05	-1 255,05		

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo



Handwritten signature and initials

Entidades	31/12/2023	Aumentos	Diminuições	31/12/2024	Aumentos	Diminuições	31/12/2025
FRSS	532,53			532,53			532,53
Fundo compensação trabalho	20 817,10		407,55	20 409,55		20 409,55	
Outros títulos	500,00			500,00			500,00
Total	21 849,63		407,55	21 442,08		20 409,55	1 032,53

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

a) Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	31/12/2025	31/12/2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	34 206,30	36 005,96
Total	34 206,30	36 005,96

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2025			2024		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período		36 005,96	36 005,96		46 201,63	46 201,63
Compras		178 645,17	178 645,17		151 412,15	151 412,15
Regularizações						
Inventários no fim do período		34 206,30	34 206,30		36 005,96	36 005,96
CMVMC		180 444,83	180 444,83		161 607,82	161 607,82

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Handwritten signature and initials

Réditos reconhecidas no período	2025	2024
Mensalidade Creche	83,02	7 320,02
Mensalidade ERPI	789 126,36	675 050,09
Mensalidade AD	14 120,24	14 270,68
Mensalidade UCC	222 914,64	212 855,86
Acordo ISS Creche	325 532,95	291 925,98
Acordo ISS ERPI	651 635,25	559 908,87
Acordo ISS AD	41 813,41	39 892,57
Quotizações e jóias	1 776,00	2 136,00
Outras prestações de serviços	52 083,83	47 856,71
Juros		1 500,00
Total	2 099 085,70	1 852 716,78

10 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões		Processos judiciais em curso	Total
Saldo inicial em 01.01.2024		-48 574,32	-48 574,32
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras		
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras	-48 574,32	-48 574,32
	Alienações		
Saldo final em 31.12.2024 / saldo inicial em 01.01.2025			
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras		
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras	-222 362,44	-222 362,44
	Alienações		
Saldo Final em 31.12.2025		222 362,44	222 362,44

À data de 31/12/2025, foi constituída uma provisão decorrente de uma ação inspetiva, realizada pela Unidade de Fiscalização do Norte do Instituto da Segurança Social, I.P., cujo montante ascende a € 222.362,44.

À data de 31/12/2025, a Santa Casa da Misericórdia, na qualidade de autora, aguarda decisão judicial de dois processos judiciais em curso contra a NORCEP, S.A., no valor de € 109.827,81, e € 70.257,60.



Não existem, à data de 31/12/2025, outros pleitos ou ações judiciais, nem assuntos processuais de natureza judicial, reclamações ou outros processos pendentes.

11 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período, encontrando-se incluídos na rubrica “Outros rendimentos”, na Demonstração de resultados por natureza, a imputação de subsídios para investimentos.

	2025	2024
Imputação de sub. para investimentos	79 623,57	88 449,19

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2025	2024
Instituto Segurança Social	382 272,03	380 127,55
Administração Regional de Saúde	742 809,00	712 393,47
IEFP	6 370,92	3 839,90
Autarquias	240 000,00	216 000,00
Total	1 371 451,95	1 312 360,92

12– Instrumentos financeiros

12.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Handwritten signatures and initials:
A. L.
A. L.
A. L.
A. L.
A. L.



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

*Função
Rubens Barroso*

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2024				
CA Empréstimo nº 56051116875	137 529,19	687 645,95	136 164,91	961 340,05
BBVA Nº 30048408 (BJ-88-OD)	7 500,05	18 368,31		25 868,36
BBVA Nº 30048488 (BM-81-TS)	6 525,53	20 726,34		27 251,87
Total	151 554,77	726 740,60	136 164,91	1 014 460,28
2025				
CA Empréstimo nº 56051116875	144 000,08	684 857,36		828 857,44
CA Empréstimo nº 59076705004	100 000,00			100 000,00
BBVA Nº 30048408 (BJ-88-OD)	7 017,22	12 268,78		19 286,00
BBVA Nº 30048488 (BM-81-TS)	6 625,73	14 404,88		21 030,61
Total	257 643,03	711 531,02		969 174,05
Variação (2025-2024)	106 088,26	-15 209,58	-136 164,91	-45 286,23

12.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2023	Aumentos	Reduções	2024	Aumentos	Reduções	2025
Fundos líquidos	240 804,23			240 804,23			240 804,23
Resultados transitados	1 296 497,30	101 663,39		1 398 160,69	99 655,87		1 497 816,56
Outras variações no fundo patrimonial	2 430 424,74	205 011,86	-88 449,23	2 546 987,37	345 477,59	-79 623,57	2 812 841,39
Resultado líquido	101 663,39	99 655,87	-101 663,39	99 655,87	38 742,55	-99 655,87	38 742,55
Total	4 069 389,66	406 331,12	-190 112,62	4 285 608,16	483 876,01	-179 279,44	4 590 204,73

13 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

13.1 – Número médio de empregados

O número médio de empregados no ano de 2025 foi de 112.

Gastos com pessoal	2025	2024
Órgãos Sociais:	43 152,09	38 015,10
Remunerações	36 873,52	32 465,40
Encargos seg. social	6 278,57	5 549,70
Funcionários:	1 934 729,30	1 856 955,00
Remunerações	1 620 659,62	1 551 426,61
Encargos seg. social	314 069,68	305 528,39
Seguros	21 841,89	21 779,69
Outros	9 724,09	6 948,46
Total	2 009 447,37	1 923 698,25

13.2 – Órgãos sociais

O número de membros dos órgãos sociais ascende a 17, entre membros efetivos e suplentes.



Handwritten signatures and notes:
Fung
B...
Auto Banco

A Assembleia Geral é composta por 3 membros, a Mesa Administrativa por 8 (5 efetivos e 3 suplentes) e o Conselho Fiscal por 6 (3 efetivos e 3 suplentes).

13.3 – Número médio de voluntários - Não existem.

14 – Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

14.2 – A Mesa Administrativa informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

14.3 – Não existem dívidas aos funcionários a 31 de dezembro de 2025.

14.4 – Os honorários do Revisor Oficial de Contas, para 2025, são de 5.904,00€, IVA incluído.

15 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 – Créditos a receber (Clientes, utentes), fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2025			2024		
Créditos a receber	159 954,41		159 954,41	175 119,80		175 119,80
Acionistas/sócios	1 027,00		1 027,00	1 056,00		1 056,00
Outros ativos correntes	133 981,49		133 981,49	69 762,10		69 762,10
Total	294 962,90		294 962,90	245 937,90		245 937,90
Passivos	2025			2024		
Fornecedores	63 585,81		63 585,81	39 628,72		39 628,72
Fornecedores de investimentos	1 800,00		1 800,00	113 413,47		113 413,47
Outras passivos correntes	645 182,37		645 182,37	614 792,61		614 792,61
Total	710 568,18		710 568,18	767 834,80		767 834,80

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” passou a designar-se “Créditos a Receber”.



Paulo Barros

15.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2025	2024
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento		375,00
EOEP - IVA	12 565,99	29 894,63
Total	12 565,99	30 269,63
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	9 674,74	15 078,01
EOEP - IVA	4 213,33	8 749,93
EOEP - Segurança Social	37 169,84	43 772,98
Total	51 057,91	67 600,92

15.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outros ativos/passivos correntes	2025	2024
Ativo - outros ativos correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos	116 004,05	58 227,96
IEFP	6 070,40	4 034,14
PRR-RE (Viatura Elétrica)	11 500,00	7 500,00
Outros	407,04	
Total	133 981,49	69 762,10
Passivo - outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	322 202,89	294 895,72
Fornecedores de investimento	1 800,00	113 413,47
IEFP		1 503,72
Cofre utentes	9 096,89	14 800,90
Altura Dinâmica (Garantia Obra)	21 654,82	15 178,56
Granitos de Montalegre, Lda (Garantia Obra)	7 756,41	
Remunerações a pagar		1 459,62
Garantia Bancária Obra UCCI	284 189,56	284 189,56
Outros	281,80	2 764,53
Total	646 982,37	728 206,08

O valor inscrito na rubrica do passivo “Garantia Bancária Obra UCCI” refere-se a garantias bancárias prestadas por fornecedores que foram acionadas pela Irmandade junto ao banco Caixa Geral de Depósitos, S.A. e são relativas a processos judiciais em curso.



Handwritten notes and signatures:
L
Fung
Camp
Amp
Ranbarro

15.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2025	2024
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Faturação UCCI	116 004,05	58 227,96
Total	116 004,05	58 227,96
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	291 152,23	264 610,64
Electricidade, água, comunicação a liquidar	31 050,66	30 285,08
Total	322 202,89	294 895,72

15.5 – Diferimentos

Diferimentos	2025	2024
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	4 023,18	3 804,43
Seguros	12 075,60	10 762,66
Limpeza, higiene e conforto	7 674,76	8 637,68
Total	23 773,54	23 204,77
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Total		



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

L.
F. Cruz
A. Barros
Paulo Barros

15.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2025	2024
Subcontratos	248 909,56	240 767,54
Trabalhos especializados	131 748,36	123 275,80
Publicidade e propaganda	348,09	1 084,93
Vigilância e segurança	13 554,63	1 917,35
Honorários	88 371,94	72 961,24
Rouparia	5 918,57	22 835,82
Conservação e reparação-edifícios o. const.	29 823,57	74 604,61
Conservação e reparação-eq. Básico	23 353,48	5 532,12
Conservação e reparação-eq. transporte	2 552,45	4 022,35
Conservação e reparação-eq. administrativo	135,97	464,36
Serviços bancários	636,09	701,23
Ferramentas e utensílios	3 954,40	5 750,18
Material de escritório	8 401,09	6 567,79
Artigos p/ oferta		37,80
Encargos com utentes	13 922,38	12 939,61
Eletricidade	77 570,66	69 706,21
Combustíveis	186 139,52	154 765,55
Água	10 109,38	8 097,78
Ar medicinal	36 730,71	18 005,91
Deslocações e estadas	2 954,44	4 064,61
Comunicação	9 044,48	8 710,75
Seguros	9 426,97	8 251,03
Contencioso e notariado	276,61	1 294,89
Despesas de representação	6 472,05	3 218,95
Limpeza, higiene e conforto	56 414,51	53 162,17
Total	966 769,91	902 740,58

15.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2025	2024
Impostos		158,29
Taxas	969,81	1 502,91
Correções de períodos anteriores	10 148,49	19 848,85
Quotizações	2 720,00	2 720,00
Multas e penalidades		192,91
Outros	225,50	1 530,00
Total	14 063,80	25 952,96



15.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2025	2024
Juros suportados	43 219,12	60 935,59
Despesas bancárias e comissões	681,89	1 460,94
Total	43 901,01	62 396,53

15.9 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2025	2024
Alienação ativos tangíveis		15 000,00
Descontos pp obtidos	148,01	109,69
Correções de períodos anteriores	25 024,14	12 068,12
Imputação de sub. investimento	79 623,57	88 449,19
Comparticipações funerais		1 527,78
Reposição do subsídio refeição em espécie	99 065,60	96 763,60
Donativos	7 894,92	3 316,36
Benefícios de penalidades contratuais	7 438,95	9 511,81
Juros obtidos de depósitos bancários		1 500,00
Total	219 195,19	228 246,55

15.10 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

15.11 – Proposta de aplicação de resultados

A Mesa administrativa propõe que o resultado líquido positivo de 38.742,55€ seja aplicado em Resultados Transitados.

Montalegre, 10 de março de 2026

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Paulo Barroso

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2025



Handwritten signature: Paulo Barroso

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2025)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2025, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 38.742,55€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2025	2024	Incremento volume de negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	2 099 085,70	1 851 216,78	247 868,92	13,39%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)



Handwritten signature: Rui Barros

Quadro da evolução dos gastos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	180 444,83	161 607,82	18 837,01	11,66%
FSE	966 769,91	902 740,58	64 029,33	7,09%
Subcontratos	248 909,56	240 767,54	8 142,02	3,38%
Trabalhos especializados	131 748,36	123 275,80	8 472,56	6,87%
Publicidade e propaganda	348,09	1 084,93	-736,84	-67,92%
Vigilância e segurança	13 554,63	1 917,35	11 637,28	606,95%
Honorários	88 371,94	72 961,24	15 410,70	21,12%
Rouparia	5 918,57	22 835,82	-16 917,25	-74,08%
Conservação e reparação	55 865,47	84 623,44	-28 757,97	-33,98%
Serviços bancários	636,09	701,23	-65,14	-9,29%
Ferramentas e utensílios	3 954,40	5 750,18	-1 795,78	-31,23%
Material de escritório	8 401,09	6 567,79	1 833,30	27,91%
Artigos para oferta		37,80	-37,80	-100,00%
Encargos com utentes	13 922,38	12 939,61	982,77	7,60%
Electricidade	77 570,66	69 706,21	7 864,45	11,28%
Combustíveis	186 139,52	154 765,55	31 373,97	20,27%
Água	10 109,38	8 097,78	2 011,60	24,84%
Ar medicinal	36 730,71	18 005,91	18 724,80	103,99%
Deslocações e estadas	2 954,44	4 064,61	-1 110,17	-27,31%
Comunicação	9 044,48	8 710,75	333,73	3,83%
Seguros	9 426,97	8 251,03	1 175,94	14,25%
Contencioso e notariado	276,61	1 294,89	-1 018,28	-78,64%
Despesas de representação	6 472,05	3 218,95	3 253,10	101,06%
Limpeza, higiene e conforto	56 414,51	53 162,17	3 252,34	6,12%
Gastos com pessoal	2 009 447,37	1 923 698,25	85 749,12	4,46%
Depreciações e amortizações	214 000,93	215 735,02	-1 734,09	-0,80%
Outros gastos e perdas	14 063,80	25 952,96	-11 889,16	-45,81%
Juros	43 219,12	60 935,59	-17 716,47	-29,07%
Outros gastos e perdas financiamento	681,89	1 460,94	-779,05	-53,33%
Total gastos e perdas financiamento	43 901,01	62 396,53	-18 495,52	-29,64%
Total gastos e perdas	3 650 990,29	3 292 168,38	358 821,91	10,90%

O acréscimo dos FSE's resulta, essencialmente, do aumento dos gastos com vigilância e segurança, honorários de prestadores de serviço de saúde, combustíveis e ar medicinal.

Os gastos com pessoal apresentam um aumento em resultado das disposições legais em vigor quanto aos vencimentos.

De referir que a rubrica de outros gastos e perdas diminuiu por força da diminuição dos juros de financiamento.

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)



Handwritten signature and name: Paulo Barroso

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2025 a 3.470.537,65€ (3.163.577,70€ em 2025).

Evolução dos rendimentos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	2 099 085,70	1 851 216,78	247 868,92	13,39%
Subsídios à exploração	1 371 451,95	1 312 360,92	59 091,03	4,50%
Outros rendimentos	219 195,19	226 746,55	-7 551,36	-3,33%
Juros, dividendos outros rend. similares		1 500,00	-1 500,00	-100,00%
Total dos rendimentos	3 689 732,84	3 391 824,25	297 908,59	8,78%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro das aquisições de ativos fixos tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	32 942,19	24 211,56	8 730,63	36,06%
Equipamento básico	16 334,99	15 157,46	1 177,53	7,77%
Equipamento de transporte	82 136,30	92 249,99	-10 113,69	-10,96%
Equipamento administrativo				
Outros ativos fixos tangíveis	6 806,10	1 382,60	5 423,50	392,27%
AFT em curso	290 461,92	600 550,80	-310 088,88	-51,63%
Total	428 681,50	733 552,41	-304 870,91	-41,56%

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	59 031,74	59 031,74		
Edifícios	7 977 335,63	7 313 446,13	663 889,50	9,08%
Equipamento básico	899 001,23	816 207,97	82 793,26	10,14%
Equipamento de transporte	312 336,46	230 200,16		
Equipamento administrativo	131 408,17	131 408,17		
Outros ativos fixos tangíveis	224 669,48	217 863,38	6 806,10	3,12%
AFT em curso	176 683,63	583 627,29	-406 943,66	-69,73%
Total	9 780 466,34	9 351 784,84	346 545,20	3,71%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes (créditos a receber), Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 307.528,89€ (276.207,53€ em 2024).



Handwritten signature: Fernando Augusto Barroso

Os outros ativos correntes dizem respeito, essencialmente, a Devedores por acréscimos de rendimentos, no montante de 116.004,05€.

As dívidas a fornecedores, ao Estado, e outros passivos correntes ascendem a 761.626,09€ (835.435,72 € em 2024).

As dívidas a instituições de crédito ascendem a 969.174,05€, e em 2024, ascendiam a 1.014.460,28€.

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não existiram factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.



10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da Entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

A Mesa Administrativa não antevê cenários que possam por em causa a continuidade da atividade da instituição. Os pressupostos relativos ao futuro assentam numa base de consolidação das respostas sociais envidando todos os esforços no sentido de melhorar as condições de funcionamento através, nomeadamente, da requalificação da Creche.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 38.742,55€ para Resultados Transitados.

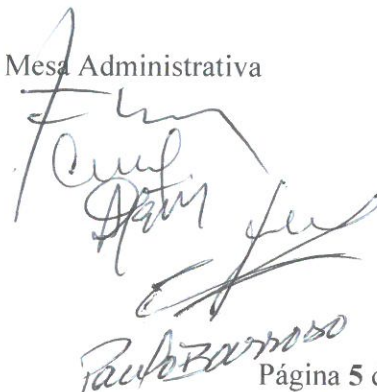
13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Montalegre, 10 de março de 2026

A Mesa Administrativa



Paulo Barros



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Contribuinte nº 501745963

O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC nº 39242, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade **Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre** informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo

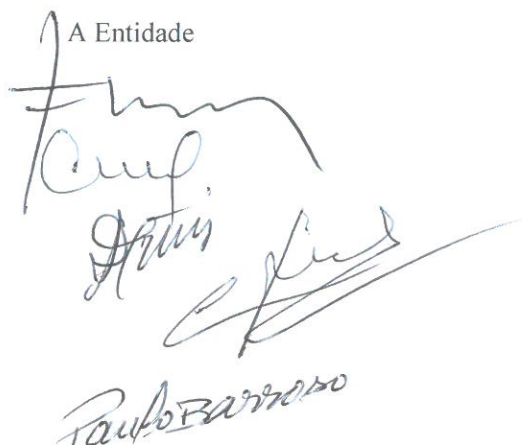
Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? _____

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual. _____

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

31 de Dezembro de 2025

A Entidade

Paulo Barroso

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido Positivo** de 38.742,55 €, nas contas de 2025, seja transferido para Resultados Transitados.

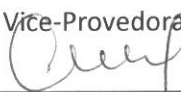
Montalegre, 17 março de 2026

O Provedor



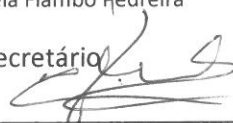
Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora



Maria Manuela Flambo Redreira

O Secretário



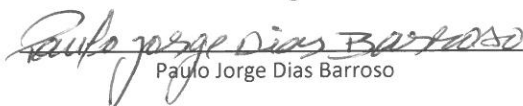
Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro



António Dias Henriques

O Vogal



Paulo Jorge Dias Barroso



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Atividades, Conta de Gerência de 2025 e Relatório de Gestão e Aplicação de Resultados

Aos 17 dias do mês de março de 2026 reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, a fim de apreciar o Relatório de Atividades e Contas de 2025 e de se pronunciar sobre a Aplicação de Resultados, de acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 31.º do Compromisso, e para emitir o seu **PARECER** solicitado pela Mesa Administrativa.

1. Foi objeto de análise o **Relatório de Atividades 2025** das várias valências e setores apresentado pela Mesa Administrativa, considerando-se haver um trabalho positivo de toda a estrutura, pelo que se emite **PARECER FAVORÁVEL**.
2. Sobre a **Conta de Gerência e Relatório de Gestão**, e tendo em conta o orçamento inicial e o retificativo, oportunamente aprovados, pode constatar-se que a execução orçamental, receita e despesa comportou-se conforme previsto nos documentos previsionais.

Na sequência de informação prestada pela Mesa Administrativa, e através dos documentos elaborados pelo gabinete de contabilidade, efetuou-se uma análise à Conta de Gerência, bem como à normal evolução e comportamento das receitas e despesas da exploração.

De salientar que corre ação contra a Norcep para tornar definitiva a utilização de 280.000,00 € da garantia das obras da UCC, que foi utilizada na reparação da tubagem e revestimento exterior.

Há também um valor de 222.362,44 € que é reclamado pela Segurança Social, referentes ao SAD de 2013 a 2018 e que foi contestado por não haver base legal e por prescrição, ficando esse valor em reserva nas contas da Instituição, fora do resultado.



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Devemos salientar ainda:

- a. Apuramento de 214.000,93 € de **Depreciações e Amortizações**;
- b. Diminuição do **Passivo** de dívida da UCC, fixando-se assim em 844.431,70 €.
- c. **Resultado Líquido Positivo** 38.742,55 €. (e verba de 222.362,44 €)

Por tudo isto emite-se **PARECER FAVORÁVEL**.

3. A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido** de 38.742,55 € seja transferido para **Resultados Transitados**.

A proposta de **Aplicação de Resultados** positivos merece também **PARECER FAVORÁVEL**.

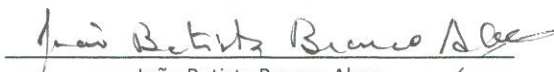
PARECER:

Face ao exposto é emitido **PARECER FAVORÁVEL** e recomendamos aos Irmãos:

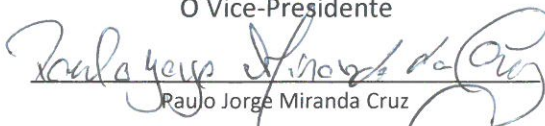
1. Que aprovem o **Relatório de Atividades de 2025**
2. Que aprovem o **Conta de Gerência 2025 e Relatório de Gestão**
3. **Aplicação de Resultados** – Que o **Resultado Líquido** positivo de 38.742,55 € seja transferido para **Resultados Transitados**, conforme proposta da Mesa Administrativa.

Montalegre, 17 de março 2026

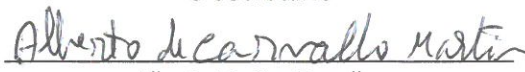
O Presidente


João Batista Branco Alves

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Miranda Cruz

O Secretário


Alberto Martins Carvalho

CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS

Exmos. Irmãos,

Aqui fica o resumo das contas e da nossa atividade no último ano, que exigiu muito trabalho e muita dedicação.

Apesar do grande investimento, conseguimos um desempenho financeiro aceitável, mas continuamos com dificuldades para fazer frente aos aumentos salariais desejáveis, e sobretudo à renovação dos edifícios e equipamentos, do lar e da creche.

Agradecemos à Câmara Municipal que assume o pagamento do empréstimo para a obra da UCC, salientando que isso se traduz nos serviços sociais e de saúde que prestamos, mas também na criação de 44 postos de trabalho, de entre os mais de 100 trabalhadores da Instituição.

Montalegre, 17 de março de 2026

O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira

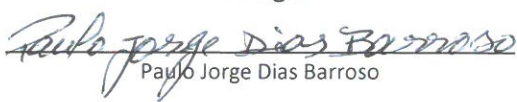
O Tesoureiro


António Dias Henriques

O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2025

MESA ADMINISTRATIVA

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Gestão de 2025** foram apresentados, discutidos e APROVADOS por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 17 de março de 2026, assim como a **Proposta de Aplicação de Resultados**, que mereceram PARECER FAVORÁVEL do Conselho Fiscal que se encontra anexo aos documentos.

Montalegre, 17 de março de 2026

O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues


A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira


O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

ASSEMBLEIA GERAL

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Contas de 2025, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Conselho Fiscal**, foram apresentados, discutidos e aprovados em reunião da Assembleia Geral de 27 de março de 2026.

O Presidente


José Gonçalves Justo

A Vice-Presidente


~~Paulo Jorge Dias Barroso~~


A Secretária


~~Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes~~